

DIÁRIO OFICIAL DE SANTA CATARINA
EXTRATO DIGITAL DE PUBLICAÇÃO

Extrato de Publicação, referente a matéria
matéria nº: 96902 de 22/03/2013
Edição Eletrônica nº 19540



Código de Verificação

Assinado de forma digital por FUNDO DE
MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS
OFICIAIS - 14284443000197



PORTONAVE S/A - TERMINAIS PORTUÁRIOS DE NAVEGANTES

COMPETÊNCIA PORTUÁRIA.

CNPJ 01.335.341/0001-80 - NIRE 42300028312

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

A administração da Portonave S/A - Terminais Portuários de Navegantes, em cumprimento às disposições legais estatutárias e de acordo com seu compromisso com a transparência perante a sociedade e comunidade onde está inserida, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Consolidadas, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do parecer dos auditores independentes, refe-

rentes ao exercício social encerrado em 2012.

Em 2012, a Portonave atingiu a marca de dois milhões de TEUs (unidade de medida equivalente a um contêiner de 20 pés) movimentados e comemorou 5 anos de operação. Como resultado, a Companhia, incluindo suas controladas integrais, obteve receita operacional bruta 11% superior ao registrado em 2011, alcançando a cifra de R\$ 411,14 milhões, e movimentou 620.026 TEUs.

Dessa forma, a Portonave agradece todo avanço e reconhecimento conquistado com os colaboradores, acionistas, clientes, comunidade, fornecedores, órgãos governamentais, instituições financeiras, entidades representativas e demais partes interessadas, agradecendo pelo apoio e dedicação aos objetivos da empresa.

Navegantes, 25 de fevereiro de 2013.
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS – 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	Reapresentado Nota 4	31/12/2011	Reapresentado Nota 4			31/12/2012	Reapresentado Nota 4	31/12/2011	Reapresentado Nota 4
Circulante						Circulante					
Caixa, equivalentes de caixa	5	35.283	33.573	39.398	38.611	Fornecedores	17	47.348	3.926	55.147	24.169
Conta vinculada	6	-	13.553	-	13.553	Empréstimos e financiamentos	18	26.764	42.768	55.898	42.785
Contas a receber	7	35.290	24.114	54.844	35.807	Obrigações sociais e trabalhistas		8.033	6.209	10.515	8.312
Partes relacionadas	20	9.351	1.597	2.344	20	Obrigações fiscais	19	2.100	4.202	4.218	5.709
Impostos a recuperar	8	1.585	586	1.737	636	Adiantamento de clientes		943	330	1.169	2.190
Adiantamentos a fornecedores	9	4.102	2.287	7.305	4.738	Partes relacionadas	20	60.974	129.163	37.645	99.736
Despesas antecipadas	11	3.572	3.995	3.572	3.995	Dividendos propostos	25c	43.080	27.144	43.080	27.144
Estoques	10	-	-	6.872	2.684	Total do passivo circulante		189.242	213.742	207.672	210.045
Outros créditos	12	335	576	422	742	Não circulante					
Total do ativo circulante		89.518	80.281	116.494	100.786	Empréstimos e financiamentos	18	220.643	128.305	220.643	128.305
Não circulante						Imposto de Renda e					
Depósitos judiciais		481	424	481	437	Contribuição Social	21	391.737	418.751	391.737	418.751
Contas a Receber	7	1.913	1.913	6.824	1.913	Partes relacionadas	20	109	109	109	109
Imposto de Renda e						Contingências riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	685	641	692	652
Contribuição Social diferidos	21	38.392	4.233	47.899	12.327	Outras obrigações		1.526	1.286	2.929	1.286
Investimentos	13	21.554	32.298	-	-	Total do passivo não circulante		614.700	549.092	616.110	549.103
Imobilizado	14	1.550.321	1.571.307	1.550.321	1.571.307	Patrimônio líquido					
Intangível	15	4.562	4.913	4.562	4.913	Capital social		66.116	66.116	66.116	66.116
Total do ativo não circulante		1.617.223	1.615.088	1.610.087	1.590.897	Reserva legal		1.941	1.505	1.941	1.505
Total do ativo		1.706.741	1.695.369	1.726.581	1.691.683	Reserva especial de ágio		40.413	-	40.413	-
						Ajuste de Avaliação Patrimonial		730.930	786.036	730.930	786.036
						Reservas de lucros		63.399	78.878	63.399	78.878
						Total do patrimônio líquido		902.799	932.535	902.799	932.535
						Total do passivo		1.706.741	1.695.369	1.726.581	1.691.683

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	Reapresentado Nota 4	2011	Reapresentado Nota 4			2012	Reapresentado Nota 4	2011	Reapresentado Nota 4
Receita operacional						Resultado financeiro					
Operações com cargas de terceiros		232.962	184.605	272.079	233.443	Receitas financeiras	28	2.262	3.577	6.900	4.515
Operações com cargas próprias		813	511	109.192	113.364	Despesas financeiras		(27.646)	(20.162)	(32.081)	(22.548)
Receita operacional líquida	26	233.775	185.116	381.271	346.807	Variação cambial, líquida		(24.330)	(33.358)	(24.782)	(36.122)
Custos serviços prestados/ mercadorias vendidas	29							(49.714)	(49.943)	(49.963)	(54.155)
Operação portuária/venda mercadorias		(33.019)	(28.352)	(131.149)	(139.965)	Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social					
Custo com pessoal		(33.589)	(31.188)	(41.208)	(37.527)			10.481	(3.646)	13.732	(6.615)
Depreciação do imobilizado		(17.069)	(17.822)	(17.069)	(17.822)	Imposto de Renda e Contribuição Social 21.b					
Depreciação da mais valia do imobilizado		(76.172)	(58.110)	(76.172)	(58.110)	Correntes		(18.697)	(13.424)	(23.361)	(18.549)
		(159.849)	(135.472)	(265.598)	(253.424)	Diferidos		16.945	17.728	18.358	25.822
Lucro bruto		73.926	49.644	115.673	93.383			(1.752)	4.304	(5.003)	7.273
Despesas operacionais						Lucro líquido do período		8.729	658	8.729	658
Despesas gerais e administrativas		(21.217)	(18.503)	(22.803)	(20.748)	Quantidade de ações (lote de mil)		24.204	24.204		
Remuneração dos administradores		(1.696)	(1.285)	(3.565)	(2.716)	Lucro líquido, básico e diluído, por lote de mil ações, em reais		0,3606	0,0272		
Despesas com pessoal		(8.447)	(7.848)	(12.526)	(10.908)						
Depreciação/amortização		(6.147)	(6.054)	(6.147)	(6.054)						
Depreciação/amortização mais valia		(7.322)	(7.322)	(7.322)	(7.322)						
Resultado de equivalência patrimonial	13	17.136	27.826	-	-						
Outras receitas (despesas) operacionais	27	13.962	9.839	385	1.905						
		(13.731)	(3.347)	(51.978)	(45.843)						
Lucro operacional		60.195	46.297	63.695	47.540						

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A COMPANHIA

A PORTONAVE S/A – TERMINAIS PORTUÁRIOS DE NAVEGANTES (“Companhia” ou “Controladora”) é uma sociedade anônima de capital fechado e foi constituída em 31 de julho de 2001, com sede à Avenida Portuária Vicente Coelho, 01, Centro, Navegantes – Santa Catarina.

A Companhia tem por principais objetivos sociais as seguintes atividades: (i) Exploração, operação e administração de serviços portuários; (ii) Exploração, administração, operação e concessão de arrendamentos de terminais portuários; (iii) Exploração, operação e administração de serviços de transporte em geral, complementares ou não às atividades portuárias (iv) Operações com cargas própria e de terceiros; (v) Operação de terminais alfandegados ou estações aduaneiras, inclusive para movimentação e armazenagem de carga alfandegada; e (vi) Participação como sócia, acionista ou quotista, em outras sociedades.

A União poderá, a qualquer momento, fiscalizar, aplicar penalidades contratuais, zelar pela boa qualidade e aumento dos serviços prestados bem como promover medidas que assegurem a adequação e conservação do meio ambiente.

Restrições e condições de operação na autorização outorgada à Companhia

A Companhia está sujeita ao cumprimento das condições previstas no contrato de adesão para a operação do terminal portuário em Navegantes. A extinção da autorização concedida pela União dar-se-á pelos seguintes fatos: a) caducidade, b) rescisão, c) desistência da operação do Terminal, ou d) falência ou extinção da Portonave.

Extinto o contrato, os bens móveis e imóveis não reverterão à União. Adicionalmente, a União poderá optar, quando da extinção do contrato, pela operação do Terminal a partir do momento em que a Companhia for indenizada por tal fato.

A Companhia, não tem obrigação de pagamento de remuneração à União, ou quaisquer outros ônus, em função da exploração do terminal portuário de Navegantes.

Participações societárias

Com a finalidade de complementar as atividades dos serviços prestados de operações portuárias, à Companhia, participa como sócia controladora, das seguintes empresas:

- **Iceport Terminal Frigorífico de Navegantes S/A** - que tem por principais objetivos sociais: a) armazenagem frigorífica; b) transporte; c) “trading company” – compra e venda de mercadorias no mercado interno e externo. Esta companhia esta sediada à Avenida Portuária Vicente Coelho, 55, 1º Andar, Centro, Navegantes - SC. Esta companhia possui uma filial no estado do Paraná, com sede à Rodovia do Papel PR 160, Km 15, S/N Sala B Distrito Industrial, no município de Telêmaco Borba.
- **Teconnave Terminal de Contêineres de Navegantes S/A** – com sede à Avenida Portuária Vicente Coelho, 55, Térreo, Centro, Navegantes-SC tem por principais objetivos sociais: (a) exploração, operação e administração de serviços portuários; b) Participação como sócia, acionista ou quotista, em outras sociedades.

Os segmentos operacionais da Companhia e de suas subsidiárias, definidos pela Administração, são:

- Serviços de operações portuárias;
- Serviços de armazenagem de mercadorias congeladas;
- Compra e venda de mercadorias no e/ou do mercado externo “trading company”.

Autorização para emissão das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 09 de janeiro de 2013.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas avaliações utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos à estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado; o imposto de renda e contribuição social diferidos; a provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; e as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Base de apresentação das demonstrações financeiras

Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	Percentual de participação da Companhia	
Empresa	2012	2011
Iceport S.A.	100%	100%
Teconnave S.A.	100%	100%

Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas;
- Apuração dos tributos sobre a parcela dos lucros não realizados, apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado.

Apresentação das informações

As informações interinas individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

2.1 Investimento em controladas

O investimento da Companhia em suas controladas é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Portonave exerça influência significativa.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na Controlada é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na Controlada.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio das controladas, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e a Controlada, são eliminados de acordo com a participação mantida na Controlada.

A participação societária na Controlada será demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas das controladas. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia e as políticas contábeis são consistentes com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em alguma sua controladas, de acordo com os critérios estabelecidos na **Nota 2.11**.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora e de suas controladas.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.3 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Prestação de serviços

A receita de serviços portuários é reconhecida com base na movimentação dos contêineres. Quando o resultado da movimentação de contêineres não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.4 Impostos

Imposto de Renda e Contribuição Social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis,

créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas de mercadorias e de prestação de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

- Programa de Integração Social - PIS: 1,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS: 7,6%
- Imposto de Exportação - IE: 9%
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS: 2%
- Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - 12%

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos Financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis.

Os ativos financeiros da companhia são classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da

Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantia (conta corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos, contratos de garantia financeira e debêntures.

Mensuração subsequente de empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.6 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente nas datas dos balanços. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

2.7 Imobilizado

Instalações e equipamentos são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica.

Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

- Edifícios e obras portuárias 25 anos
- Equipamentos portuários 5 a 15 anos
- Veículos e veículos portuários 5 a 10 anos

Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 (IAS 16) e CPC 28 (IAS 40), em 1/1/2010 a Companhia optou em proceder o ajuste nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (IFRS 1) e CPC 43.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Em 1º de janeiro de 2010 a companhia procedeu a revisão da vida útil de seu ativo imobilizado tendo modificado a taxa de depreciação de certos bens a partir daquela data.

2.8 Custo dos empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.9 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há ativos intangíveis gerados internamente. A vida útil de ativo intangível da companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é avaliada como definida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avalia-

dos em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

2.10 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, ou ao valor líquido, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Produtos acabados – custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, excluindo custos de empréstimos.
- O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para a realização da venda.

2.11 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

2.12 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considerada equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.13 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Contingências tributárias, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.14 Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas

Abaixo destacamos as normas já emitidas e que entraram em vigor neste exercício, as quais não causaram impacto às demonstrações financeiras da companhia:

- IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes.
- IAS 12 Imposto de Renda – Recuperação dos Ativos Subjacentes. Esta emenda esclareceu a determinação de imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo valor justo.

A seguir destacamos as normas já emitidas e que não entraram em vigor na data da elaboração destas demonstrações financeiras. Na avaliação da administração tais normas não causarão impacto às demonstrações financeiras da Companhia:

- IAS 19 Benefícios aos Empregados (Emenda) – Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IAS 27 Demonstrações Financeiras Individuais (revisado em 2011) - Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011) - Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro

de 2013.

- IAS 32 Clarifica as compensação de ativos e passivos, sendo sua vigência a partir de 1º de janeiro de 2014.
- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações - Aumento nas Divulgações Relacionadas a Baixas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de julho de 2011, e, no Brasil, somente após a aprovação do CPC.
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração O IFRS 9 na forma como foi emitido reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas. Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013
- IFRS 11 – Acordos Conjuntos - Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 12 – Esclarece e requer divulgações específicas relativas a investimentos em outras empresas.
- IFRS 13 – Mensuração de Valor Justo- Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas:

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não identificou nenhum assunto que requeira a constituição de provisões para temas tributários e não há atualmente auditorias por parte das autoridades fiscais em andamento. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuro.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Contingências para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajusta-

das para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia em análise das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, tomadas em conjunto, identificou imperfeições, que podem individualmente influenciar as decisões econômicas de usuários, por ter impacto significativo no resultado e no patrimônio da Companhia divulgado naquela data. As imperfeições foram originadas pelos seguintes fatos:

- Não reconhecimento, pela Companhia e suas controladas, da remuneração variável (PLR) na referida competência;
- Detalhamento, para fins de comparabilidade, de itens dos estoques.

Os efeitos relativos à reapresentação das demonstrações financeiras estão sumariados como segue:

Ativo	Controladora			Consolidado		
	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011
	Publicado	Efeitos	Reapresentado	Publicado	Efeitos	Reapresentado
Circulante						
Caixa, equivalentes de caixa	33.573	-	33.573	38.611	-	38.611
Conta vinculada	13.553	-	13.553	13.553	-	13.553
Contas a receber	24.114	-	24.114	35.807	-	35.807
Partes relacionadas	1.597	-	1.597	20	-	20
Impostos a recuperar	586	-	586	636	-	636
Adiantamentos a fornecedores	2.287	-	2.287	4.738	-	4.738
Despesas antecipadas	3.995	-	3.995	3.995	-	3.995
Estoques	-	-	-	-	(2.684)	2.684
Outros créditos	576	-	576	3.426	2.684	742
Total do ativo circulante	80.281	-	80.281	100.786	-	100.786
Não circulante						
Depósitos judiciais	424	-	424	439	-	439
Contas a receber	1.913	-	1.913	1.913	-	1.913
Imposto de Renda e Cont. Social diferidos	4.233	-	4.233	12.326	-	12.326
Investimentos	32.730	(432)	32.298	-	-	-
Imobilizado	1.571.307	-	1.571.307	1.571.307	-	1.571.307
Intangível	4.913	-	4.913	4.913	-	4.913
Total do ativo não circulante	1.615.520	(432)	1.610.855	1.590.898	-	1.578.572
Total do ativo	1.695.801	(432)	1.691.136	1.691.684	-	1.679.358

Passivo	Controladora			Consolidado		
	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011
	Publicado	Efeitos	Reapresentado	Publicado	Efeitos	Reapresentado
Circulante						
Fornecedores	3.926	-	3.926	24.169	-	24.169
Empréstimos e financiamentos	42.768	-	42.768	42.785	-	42.785
Obrigações sociais e trabalhistas	4.899	1.309	6.208	6.571	1.741	8.312
Obrigações fiscais	4.202	-	4.202	5.709	-	5.709
Adiantamento de clientes	330	-	330	2.190	-	2.190
Partes relacionadas	129.163	-	129.163	99.736	-	99.736
Dividendos propostos	27.144	-	27.144	27.144	-	27.144
Total do passivo circulante	212.432	1.309	213.741	208.304	1.741	210.045
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	128.305	-	128.305	128.305	-	128.305
Imposto de renda e contribuição social	418.752	-	418.752	418.752	-	418.752
Partes relacionadas	109	-	109	109	-	109
Contingências riscos tributários, cíveis e trabalhistas	641	-	641	652	-	652
Outras obrigações	1.286	-	1.286	1.286	-	1.286
Total do passivo não circulante	549.093	-	549.093	549.104	-	549.104
Patrimônio líquido						
Capital social	66.116	-	66.116	66.116	-	66.116
Reservas Legal	1.505	-	1.505	1.505	-	1.505
Reserva especial de ágio	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	786.036	-	786.036	786.036	-	786.036
Lucros a destinar	80.619	(1.741)	78.878	80.619	(1.741)	78.878
Total do patrimônio líquido	934.276	(1.741)	932.535	934.276	(1.741)	932.535
Total do passivo	1.695.801	(432)	1.691.136	1.691.684	-	1.679.358

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011
	Publicado	Efeitos	Reapresentado	Publicado	Efeitos	Reapresentado
Receita operacional						
Operações com cargas de terceiros	184.605	-	184.605	233.443	-	233.443
Operações com cargas próprias	511	-	511	113.364	-	113.364
	185.116	-	185.116	346.807	-	346.807
Receita operacional líquida						
Custos serviços prestados/ mercadorias vendidas						
Operação portuária / venda mercadorias	(28.352)	-	(28.352)	(139.965)	-	(139.965)
Custo com pessoal	(30.105)	(1.083)	(31.188)	(36.323)	(1.204)	(37.527)
Depreciação do imobilizado	(17.822)	-	(17.822)	(17.822)	-	(17.822)
Depreciação da mais valia do imobilizado	(58.110)	-	(58.110)	(58.110)	-	(58.110)
	(134.389)	(1.083)	(135.472)	(252.220)	(1.204)	(253.424)
Lucro bruto	50.727	(1.083)	49.644	94.587	(1.204)	93.383
Despesas operacionais						
Despesas gerais e administrativas	(18.503)	-	(18.503)	(20.748)	-	(20.748)
Remuneração dos administradores	(1.285)	-	(1.285)	(2.716)	-	(2.716)
Despesas com pessoal	(7.622)	(226)	(7.848)	(10.371)	(537)	(10.908)
Depreciação/amortização	(6.054)	-	(6.054)	(6.054)	-	(6.054)
Depreciação/amortização mais valia	(7.322)	-	(7.322)	(7.322)	-	(7.322)
Resultado de equivalência patrimonial	28.258	(432)	27.826	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	9.839	-	9.839	1.905	-	1.905
	(3.121)	(658)	(3.347)	(45.306)	(537)	(45.843)
Lucro operacional	48.038	(1.741)	46.297	49.281	(1.741)	47.540
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	3.577	-	3.577	4.515	-	4.515
Despesas financeiras	(20.162)	-	(20.162)	(22.548)	-	(22.548)
Variação cambial, líquida	(33.358)	-	(33.358)	(36.122)	-	(36.122)
	(49.943)	-	(49.943)	(54.155)	-	(54.155)
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.905)	(1.741)	(3.646)	(4.874)	(1.741)	(6.615)
Imposto de Renda e contribuição Social	-	-	-	-	-	-
Correntes	(13.424)	-	(13.424)	(18.549)	-	(18.549)
Diferidos	17.728	-	17.728	25.822	-	25.822
	4.304	-	4.304	7.273	-	7.273
Lucro (prejuízo) líquido do período	2.399	(1.741)	658	2.399	(1.741)	658
Quantidade de ações (lote de mil)	24.204	-	24.204			
Lucro líquido (prejuízo), básico e diluído, por lote de mil ações, em reais	0,010	(0,07)	0,0272			

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Caixa	38	11	40	13
Bancos e aplicações de liquidez imediata	35.245	33.562	39.358	38.598
Caixa e equivalentes de caixa	35.283	33.573	39.398	38.611

As aplicações financeiras são compostas por CDBs – Certificados de Depósitos Bancários e por Fundos de Investimentos de curto prazo, lastreados ao rendimento do CDI diários resgatáveis a qualquer momento. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não tem disponíveis linhas de financiamento comprometidas e/ou não sacadas.

6. CONTA VINCULADA

Em agosto de 2012 o montante constante na conta vinculada a GE Capital Co. (R\$ 13.553 em 31 de dezembro de 2011) foi integralmente transferido para outros bancos, devido à quitação do empréstimo em que a GE Capital Co, que era a principal credora da Companhia, desvinculando todos os direitos que a credora possuía junto à Companhia.

7. CONTAS A RECEBER

Registra os valores a receber de clientes relativos às atividades de prestação de serviços portuários da Companhia de forma individual bem como das atividades das subsidiárias integrais Icept S/A e Teconnave S/A, além de outros valores a receber, conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Serviços portuários	35.810	22.818	38.576	23.360
Celesc Distribuição – reembolso	-	496	-	496
Dragagem – Autoridade Portuária	-	1.000	-	1.000
Serviços de armazenagem	-	-	843	874
Exportação/Importação de mercadorias	-	-	17.108	10.277
(-) Risco de crédito	(520)	(200)	(1.683)	(200)
Curto prazo	35.290	24.114	54.844	35.807
Longo prazo	1.913	1.913	6.824	1.913
Total dos recebíveis	37.203	26.027	61.668	37.720

Os montantes a receber, líquidos da provisão para risco de crédito, configuram a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia e de suas subsidiárias. O risco de crédito das contas a receber é oriundo da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes da prestação de serviços e venda mercadorias. A provisão de riscos de crédito foi calculada com base nas seguintes premissas: a) histórico de perdas; b) situação individual dos clientes; c) garantias reais para os débitos e d) avaliação dos consultores jurídicos. A provisão para riscos de recebimento de créditos é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa, está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Saldo no início do exercício	200	166
Adições	1.506	66
Recuperações/realizações	(23)	(32)
Saldo no final do exercício	1.683	200

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
IRRF a Recuperar	502	398	531	443
PIS a Recuperar	33	31	33	31
COFINS a Recuperar	151	143	151	143
Imposto de Renda	639	-	698	-
Contribuição Social	245	-	267	-
Outros Impostos	15	14	57	19
	1.585	586	1.737	636

14. IMOBILIZADO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

Custo	Terrenos		Edificações e Instalações		Máq. e equip.		Móveis e utensílios		Hardware		Softwares		Imob. Andamento		Veículo		Outros		Câmara Frigorífica		Total
Saldo em 31/12/2011	155.549	1.072.520	435.021	8.186	19.984	15.841	69.467	1.746	10.628	85.413	1.874.355										
Aquisições	15.207	57	652	134	198	53	66.846	3	363	3.399	86.912										
Baixas	-	(52)	(259)	(369)	(237)	(12)	(873)	-	(7)	-	(1.809)										
Transferências	-	560	875	(48)	(198)	-	(1.689)	-	-	500	-										
Saldo em 31/12/2012	170.756	1.073.085	436.289	7.903	19.747	15.882	133.751	1.749	10.984	89.312	1.959.458										
Depreciação																					
Saldo em 31/12/2011	-	(106.596)	(157.823)	(2.627)	(13.429)	(10.653)	-	(906)	(2.696)	(8.317)	(303.047)										
Depreciação	-	(45.431)	(46.227)	(839)	(3.493)	(2.862)	-	(342)	(1.399)	(5.766)	(106.359)										
Baixas	-	102	36	56	50	23	-	2	-	-	269										
Transferências	-	(6)	66	30	180	-	-	-	(270)	-	-										
Saldo em 31/12/2012	-	(151.931)	(203.948)	(3.380)	(16.692)	(13.492)	-	(1.246)	(4.365)	(14.083)	(409.137)										
Valor contábil líquido																					
Saldo em 31/12/2011	155.549	965.924	277.198	5.559	6.555	5.188	69.467	840	7.932	77.096	1.571.308										
Saldo em 31/12/2012	170.756	921.154	232.341	4.523	3.055	2.390	133.751	503	6.619	75.229	1.550.321										

15. INTANGÍVEL (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

O Ativo Intangível é representado, exclusivamente, pelos gastos relativos à implantação de uma Linha de Transmissão de Energia Elétrica, que foi construída pela Portonave com base no Termo de Compromisso de 18 de janeiro de 2007, firmado com a CELESC Distribuição S/A visando o benefício econômico pela melhor operacionalização das atividades portuárias na captação de energia elétrica. A linha de transmissão é amortizada pelo tempo estimado de recuperação do investimento que são de 10 anos para os equipamentos e 25 anos para as edificações.

Custo	Obras LT		Edificações LT		Máquinas LT		Instalações LT		Total
Saldo em 31/12/2011	1.489	1.516	114	2.206	5.325				
Adições	-	-	-	-	-				
Baixas	-	-	-	-	-				
Saldo em 31/12/2012	1.489	1.516	114	2.206	5.325				
Amortização									
Saldo em 31/12/2011	(70)	(71)	(13)	(258)	(412)				
Adições	(60)	(59)	(12)	(220)	(351)				
Baixas	-	-	-	-	-				
Saldo em 31/12/2012	(130)	(130)	(25)	(478)	(763)				
Valor contábil líquido em									
31/12/2011	1.419	1.445	101	1.948	4.913				
31/12/2012	1.359	1.386	89	1.728	4.562				

9. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

O montante consolidado de R\$ 7.305 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 4.738 em 31/12/2011), consignado nesta rubrica corresponde a adiantamentos relativos à prestação de serviços e aquisição de mercadorias aplicados na operação própria da Companhia e de suas subsidiárias.

10. ESTOQUES

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Mercadorias em estoque de terceiros	2.285	-
Mercadorias para exportação	2.203	2.186
Importações em andamento	2.096	470
Produtos prontos	26	28
Matéria-prima	262	-
	6.872	2.684

11. DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Veículos	11	3	11	3
Seguro operador portuário	3.470	3.940	3.470	3.940
Extensão de garantia - equipamentos	21	52	21	52
Outras	70	-	70	-
	3.572	3.995	3.572	3.995

O seguro da modalidade operador portuário é relacionado à operação e manutenção das atividades da Companhia possuindo cobertura de responsabilidade civil, danos a bens móveis e imóveis, perdas de receita e lucros cessantes, tendo a sua cobertura vigente até 02 de setembro de 2013.

12. OUTROS CRÉDITOS

O montante consolidado de R\$ 422 (R\$ 742 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a adiantamentos aos funcionários.

13. INVESTIMENTOS

Os investimentos da Companhia em controladas estão demonstrados como segue:

	31/12/2012						31/12/2011
	Capital social	Patri-mônio líquido	Resul-tado	Partici-pação no capital %	Equivalên-cia patri-monial	Investi-mento	
Iceport S.A.	4.000	-	(4.250)	100%	(4.250)	-	3.308
Teconnave S.A.	500	21.336	21.386	100%	21.386	21.554	28.990
					17.136	21.554	32.298

16. SEGUROS E EXIGÊNCIAS AMBIENTAIS

Em 31 de dezembro de 2012 a cobertura de seguro estabelecida pela Administração da Companhia e para suas subsidiárias, para eventuais sinistros contemplam: i) Responsabilidade Civil; ii) Danos Físicos a Bens Móveis e Imóveis e; iii) Cobertura adicional de perda de receita bruta e/ou despesas adicionais ou extraordinárias, consequentes de paralisação total ou parcial das atividades. O limite máximo indenizável é representado conforme quadro abaixo:

Risco	Data de vigência		Importância Segurada (USD000)	Prêmio
	De	Até		
Operador Portuário	02/09/12	02/09/13	166.302	R\$ 5.840

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais sinistros.

17. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Serviços	16.109	1.286	16.172	2.224
Mercadorias	1.099	1.135	4.233	7.321
Em moeda estrangeira	30.140	1.505	34.742	14.624
	47.348	3.926	55.147	24.169

Do montante consolidado de R\$ 55.147, o valor de R\$ 43.329 refere-se a aquisições de máquinas/equipamentos portuários e terrenos.
No longo prazo registra o montante de R\$ 1.187, relativo aos fornecedores de importação de mercadorias das atividades da subsidiária Iceport.

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

A composição dos empréstimos contratados pela Companhia e suas subsidiárias é a seguinte:

	Encargos	Garantias		Controladora e Consolidado	
		Valor	Tipo	31/12/2012	31/12/2011
Circulante					
Debêntures				26.764	-
GE Capital Co.	5,7452% a.a.		Penhor, créditos e direitos	-	42.768
ACC - Adiant. Contr. Câmbio	0,93% a 2,5% + V.cambial	U\$ 14.257	Promissória	29.134	-
Total do circulante				55.898	42.768
Não Circulante					
Debêntures				220.643	-
General Electric Capital Co.	5,7452% a.a.		Penhor, créditos e direitos	-	128.305
Total do não circulante				220.643	128.305
Total				276.541	171.073

Em agosto de 2012, a Companhia quitou o financiamento junto a GE Capital Co, mediante a emissão de 2.500 debêntures.

• Cronograma de desembolso:

Ano de Vencimento	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Debêntures	-	20.000	50.000	70.000	65.000	45.000	250.000
ACC - Adiant. Cont. Câmbio	-	29.134	-	-	-	-	29.134
Total	-	49.134	50.000	70.000	65.000	45.000	279.134

• Debêntures

Em 11 de julho de 2012, a Companhia efetuou a 1ª emissão de debêntures simples, em série única, de espécie quirografária, não conversíveis em ações, com vencimento final em 11 de julho de 2017, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 03 de julho de 2012.

Nessa emissão as debêntures possuem as seguintes características:

- Montante: R\$ 250.000;
- Datas: (a) emissão 11 de julho de 2012 e (b) vencimento 11 de julho de 2017;
- Amortização: em nove parcelas conforme quadro abaixo:

Parcela	Data da Amortização	% de amortização
1	11 de julho de 2013	8%
2	11 de janeiro de 2014	8%
3	11 de julho de 2014	12%
4	11 de janeiro de 2015	14%
5	11 de julho de 2015	14%
6	11 de janeiro de 2016	14%
7	11 de julho de 2016	12%
8	11 de janeiro de 2017	10%
9	11 de julho de 2017	8%

- Remuneração: (i) Para o período entre a data de emissão e 11 de janeiro de 2013: juros remuneratórios com base nas taxas médias da DI acrescida da sobretaxa de 1,65% a.a (base de 252 dias); (ii) Para o período compreendido entre 12 de janeiro de 2013 e 11 de julho de 2013: juros remuneratórios estabelecidos com base na variação acumulada das taxas DI acrescida da sobretaxa de 2,15% a.a (base 252 dias); (iii) Período compreendido entre 12 de julho de 2013 e a data de pagamento integral das debêntures: juros remuneratórios estabelecidos com base na variação acumulada das taxas DI, acrescida da sobretaxa de 2,25% a.a. (base 252 dias);

- Pagamento da Remuneração: em 10 parcelas semestrais, sendo o primeiro pagamento em 11 de janeiro de 2013 e o último em 11 de julho de 2017.

As debêntures foram distribuídas mediante esforços restritos de colocação pública, observada as regras da Instrução CVM 476/09, tendo sido destinada exclusivamente a investidores qualificados, nos termos do regulamento aplicável.

A emissão se destinou ao pagamento antecipado de empréstimo sindicalizado liderado pela *General Electric Capital Corporation* e para a recomposição de caixa da emissora.

• Obrigações da Companhia ("covenants")

A Companhia obriga-se a observar as restrições constantes nos contratos de empréstimos e financiamentos das quais destacamos:

- Manutenção do índice obtido da divisão da dívida líquida consolidada pelo EBITDA, calculado em linha com o contrato da dívida, igual ou menor a 2,5 durante o período da vigência

- das debêntures;
 - Índice de cobertura do serviço da dívida, calculado em conformidade ao descrito no contrato da dívida maior ou igual a 1,3 vezes;
 - Descumprimento da legislação regulatória, societária e fiscal que afetem de forma adversa a capacidade da emissora cumprir as obrigações constantes em contrato;
- Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia esta cumprindo todas as obrigações ("covenants") relacionadas aos empréstimos/financiamentos.

19. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Consigna nesta rubrica valores relativos a impostos e taxas retidos pela Companhia, bem como os montantes relativos aos impostos incidentes sobre: o a) faturamento, b) lucro e c) antecipações por serviços tomados conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Impostos sobre lucro	-	2.168	1.163	2.955
Impostos retidos a recolher	477	407	587	531
Impostos sobre faturamento a recolher	1.146	1.260	1.991	1.856
Parcelamento - SPU	477	367	477	367
	2.100	4.202	4.218	5.709

20. PARTES RELACIONADAS

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Ativo circulante		
Iceport S/A - Contas a receber	6.307	877
Teconnave S/A	700	700
Maestra	2.344	20
Total ativo	9.351	1.597
Passivo Circulante		
TPI - Triunfo Particip. e Invest. S/A - Mútuo	18.728	48.568
Iceport S/A	661	
Bakmoon Investment Inc. - Mútuo	18.728	50.980
Teconnave S/A - Antecipação de lucros	22.669	29.426
Construtora Triunfo S/A	188	189
	60.974	129.163
Passivo não circulante		
Bakmoon Investments Inc.	109	109
Total passivo	61.083	129.272
Despesas financeiras		
TPI - Triunfo Particip. e Invest. S/A	(11.067)	(7.908)
Bakmoon Investment Inc	(12.469)	(8.259)
	(23.536)	(16.167)

Os saldos mantidos com os acionistas TPI - Triunfo Participações e Investimentos S/A e Bakmoon Investment Inc. estão sendo atualizados por juros de 5,7452% a.a., mais variação cambial.

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- Impostos diferidos ativos e passivos - valores líquidos

A Companhia registra Imposto de Renda e Contribuição Social, diferidos conforme segue:

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Ativo diferido		
Imposto de renda	35.221	9.063
Contribuição social	12.680	3.263
	47.901	12.326
Passivo diferido		
Imposto de renda	(288.042)	(307.906)
Contribuição social	(103.695)	(110.846)
	(391.767)	(418.752)
Valores líquidos	(343.866)	(406.426)

A Companhia e sua subsidiária Iceport S/A registram Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos sobre os prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias. Do total de R\$47.901, o valor de R\$ 38.392, refere-se ao efeito originado da incorporação das empresas "Maris Gaudium Ltda" e "Starport Participações Ltda" ocorrida em setembro de 2012 pela Companhia. O valor remanescente de R\$ 9.507 refere-se a prejuízo fiscal e base negativa, da subsidiária Iceport e encontra-se fundamentado na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, tendo como base em orçamento e plano de negócios examinados e aprovados pela Administração da Companhia.

O passivo diferido de Imposto de Renda e Contribuição Social, no valor de R\$ 391.767, registrado no passivo não circulante refere-se a: i) mais valia oriunda do custo atribuído do imobiliário; ii) diferenças temporárias sobre variação cambial a qual é tributada pelo regime de caixa como facultada a legislação fiscal e iii) a diferença de taxa de depreciação entre a fiscal e a vida útil efetiva;

b) Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social
A conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	10.481	(1.905)	13.732	(4.874)
IR/CS pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	(3.564)	647	(4.669)	1.657
Exclusões/(adições) - permanentes	(367)	(301)	(707)	(488)
Exclusões/(adições) - temporárias	716	13	716	13
Equivalência Patrimonial	5.826	9.608	-	-
Variações cambiais - regime caixa	8.107	16.474	8.107	16.474
Exclusões/(adições) - "RTT"	11.672	(6.211)	11.672	(6.211)
Ágio oriundo de incorporação	2.021	-	2.021	-
Compensação/(Constituição) de Prejuízos Fiscais	2.223	6.321	3.636	(1.773)
Depreciação mais valia patrimonial	(28.388)	(22.247)	(28.388)	(22.247)
Diferença emp.tributada lucro presumido	-	-	2.607	19.848
Total	(1.752)	4.304	(5.003)	7.273
Impostos correntes	(18.697)	(13.424)	(23.361)	(18.549)
Impostos diferidos	16.945	17.728	18.358	25.822
	(1.752)	4.304	(5.003)	7.273

A alíquota efetiva da apuração acima é de 16,72% na Controladora e 36,42% de forma consolidada para o período encerrado em 31 de dezembro de 2012.

22. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas subsidiárias estão envolvidas em discussões administrativas e jurídicas de natureza cível, trabalhista e tributária. Para as causas cuja probabilidade foi considerada como perda provável, foi registrada provisão para os itens abaixo indicados (consolidado):

	Consolidado			
	31/12/2011	Adições	Baixas	30/12/2012
Civil	599	552	(709)	442
Trabalhistas	53	754	(557)	250
	652	1.306	(1.266)	692

Adicionalmente, a Companhia é ré em processos cujas chances de insucesso foram classificadas como possíveis, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia e, conseqüentemente, não são registradas provisões para essas ações. As principais discussões de risco possível encontram-se abaixo sumariadas:

- Ação movida por Luther Terry Grimble alegando direito à honorários por serviços de corretagem, relativamente ao período de construção do porto, cujo valor contingencial é estimado em aproximadamente R\$20.000;
- Processo administrativo movido pela ANTAQ por supostas irregularidades na movimentação de carga própria, não há valores estimados no processo movido pela ANTAQ;
- Ação movida pela empresa Doux Frangosul relativo aos lucros cessantes da mercadoria danificada pelo incêndio ocorrido na câmara frigorífica da subsidiária Iceport, no montante de R\$ 382;
- Auto de infração para cobrança de multa relativa ao atraso no posicionamento para vistoria federal de carga importada, no montante de R\$ 225;
- Auto de infração para a cobrança de multa por utilização inadequada do SISCOMEX Carga, no montante de R\$ 50;
- Demanda indenizatória movida por Arno Genehr relativo a servidão de passagem estabelecida pela Celesc, no montante de R\$ 200;
- Indenização por perdas e danos movida por Ledina Celina dos Santos, no montante de R\$ 100;
- Ação indenizatória movida por Alvaro Venturi por prejuízo em bens materiais causados no manuseio e armazenagem, no montante de R\$ 437.

23. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

No período findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas subsidiárias consignaram de forma global como Remuneração dos Administradores o montante de R\$ 3.565 (R\$ 2.716 em 31 de dezembro de 2011). A remuneração dos administradores é baseada em pró-labore e ajuda de custo.

24. OBJETIVO E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 38 a CPC 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros constantes nas contas de ativo e passivo e encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2012 e correspondem, substancialmente, ao seu valor de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2012, são:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e equivalentes de caixa	35.283	33.573	39.398	38.611
Adiantamento a fornecedores	4.102	2.287	7.305	4.738
Partes relacionadas ativo	9.351	1.597	2.344	20
Fornecedores	(47.348)	(3.926)	(55.147)	(24.169)
Partes relacionadas passivo	(61.014)	(129.272)	(37.645)	(99.845)
Empréstimos	-	(171.073)	(29.134)	(171.090)
Debêntures	(247.407)	-	(247.407)	-

A Companhia está exposta a risco de mercado, de crédito e de liquidez.
O Conselho de Administração é o responsável por supervisionar a gestão destes riscos.

Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: a) risco de taxa de juros; b) risco cambial; e c) risco de preço relativo às suas ações. A Companhia e suas subsidiárias possuem importações ou exportações de insumos ou serviços, porém não tem ações negociadas em mercado.

a) Risco de encargos financeiros/flutuação de taxa de câmbio

Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

b) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração do terminal portuário. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

Quanto a eventos provocados pela natureza, importa ressaltar, que a Companhia encontra-se coberta com apólice de seguros para todos os efeitos.

Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Diretoria da Companhia. A Companhia monitora os valores depositados e a concentração em determinadas instituições e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Em relação a contas a receber de clientes a companhia não tem concentração de recebíveis de forma relevantes.

Risco de Liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de avaliações regulares de sua administração. Na Nota 18 apresentamos o perfil do vencimento do passivo financeiro com instituições financeiras da Companhia, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

Gestão do Capital Social

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 31 de dezembro de 2012.

25 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social subscrito

Em 31 de dezembro de 2012 o capital social subscrito está composto por 24.204.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Em Assembleia Geral Extraordinária, datada de 24 de agosto de 2005, a Companhia decidiu dividir seu capital social nas classes de ações A e B, com direitos e obrigações idênticas entre as classes. Tal decisão foi tomada com base nas disposições contidas no artigo 16, da Lei 6.404/76.

Na Assembleia Geral Extraordinária, datada de 30 de setembro de 2012, foi aprovada a incorporação das ações das acionistas Maris Gaudium e Starport pela Companhia, ficando somente a TPI Log S/A com participação.

A participação total dos acionistas no capital subscrito da Companhia está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de Ações Ordinárias Integralizadas (*)	
	31/12/2012	31/12/2011
Classe "A"		
Bakmoon Investments Inc.	12.101.999	12.101.999
Outros	1	1
Total Classe "A"	12.102.000	12.102.000
Classe "B"		
TPI -LOG S/A	12.101.996	4.033.999
Maris Gaudium Partic. E Empreend. Ltda	-	4.033.999
Starport Participações Ltda	-	4.033.998
Outros	4	4
Total Classe "B"	12.102.000	12.102.000
Total Geral	24.204.000	24.204.000

(*) Quantidades unitárias.

b. Reserva de legal

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia consignou o montante de R\$ 120, representando 5% do lucro líquido do exercício após a compensação de prejuízos acumulados, em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2012 este valor foi de R\$ 436.

c. Dividendos

Com base na Lei 6.404/76, os dividendos mínimos obrigatórios são calculados na base de 50% dos lucros acumulados, após dedução da reserva legal e compensação de saldos de prejuízos acumulados.

Dos lucros auferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Administração proporá para deliberação da Assembléia Geral Ordinária a distribuição de dividendos calculados conforme segue:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	8.729	2.399
Reversão de avaliação patrimonial	55.106	43.184
Ajustes de exercícios anteriores	-	(1.740)
Reversão das reservas de lucros	-	35.156
Constituição da reserva legal	(436)	(120)
Base de cálculo dos dividendos	63.399	78.878
Proposição da administração	63.399	78.878

26. RECEITA OPERACIONAL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Operação de carga de terceiros	250.132	196.309	303.345	248.367
Operação de carga própria	916	576	107.795	122.136
Total da Receita Bruta	251.048	196.885	411.140	370.503
Deduções da receita:				
Impostos federais	(11.889)	(7.744)	(18.852)	(15.428)
Impostos estaduais	-	0	(1.283)	(2.768)
Impostos municipais	(5.048)	(3.910)	(6.140)	(4.955)
Cancelamento de Vendas	(336)	(115)	(3.594)	(546)
Total das deduções	(17.273)	(11.769)	(29.869)	(23.697)
Receita operacional líquida	233.775	185.116	381.271	346.806

27. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Seguros	-	-	-	1.434
Aluguel c/partes relacionadas	13.700	9.317	140	-
Outras receitas/(despesas)	262	522	245	471
	13.962	9.839	385	1.905

28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	2.064	3.082	2.078	3.111
Juros ativos	36	71	55	120
Descontos obtidos	55	424	2.595	1.284
Outras receitas	107	-	2.172	-
	2.262	3.577	6.900	4.515
Variação cambial				
Variação cambial ativa	16.140	30.625	26.716	39.403
Variação cambial ativa - Bakmoon	5.391	7.681	5.391	7.681
Variação cambial ativa - TPI	5.228	7.318	5.228	7.318
Variação cambial passiva	(30.534)	(52.885)	(41.562)	(64.427)
Variação cambial passiva - Bakmoon	(10.524)	(13.365)	(10.524)	(13.365)
Variação cambial passiva - TPI	(10.031)	(12.732)	(10.031)	(12.733)
	(24.330)	(33.358)	(24.782)	(36.123)
Despesas financeiras				
Encargos sobre empréstimos	(4.881)	(10.460)	(4.881)	(10.460)
Juros/Encargos - Debêntures	(12.080)	-	(12.080)	-
Tarifas bancárias	(215)	(193)	(1.579)	(1.208)
Juros e multas de mora	(366)	(19)	(592)	(24)
Outras despesas financeiras	(193)	(229)	(3.038)	(1.595)
IR s/pagamentos moeda estrangeira	(4.708)	(2.602)	(4.708)	(2.602)
Encargos sobre empréstimos - Bakmoon	(2.498)	(2.575)	(2.498)	(2.575)
Encargos sobre empréstimos - TPI	(2.438)	(2.493)	(2.438)	(2.493)
Consultorias	(267)	(1.591)	(267)	(1.591)
	(27.646)	(20.162)	(32.081)	(22.548)

29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento são elaboradas considerando os critérios utilizados pela Administração, que consistem em avaliação constante dos ambientes de negócios, regulatório e as semelhanças de produtos e serviços.

	Operações portuárias	Armazenagem frigorífica	Trading company	Eliminação	Total
Receita de vendas					
Terceiros	272.079	9.710	99.482	-	381.271
Intersegmentos	2.301	-	-	(2.301)	-
(-) Custos	(170.558)	(10.944)	(99.957)	15.861	(265.598)
Lucro Bruto	103.822	(1.234)	(475)	13.560	115.673
Receitas (despesas)					
Vendas, gerais e administrativas	(48.661)	(3.126)	(781)	205	(52.363)
Outras	31.106	144	36	(30.901)	385
Lucro antes do resultado financeiro	86.267	(4.216)	(1.220)	-	63.695
Resultado financeiro	(49.736)	(304)	77	-	(49.963)
Lucro antes dos impostos	36.531	(4.520)	(1.143)	-	13.732
Imposto de Renda/Contribuição Social	(6.416)	1.130	283	-	(5.003)
Lucro líquido	30.115	(3.390)	(860)	(17.136)	8.729

- No segmento de operações portuárias a representatividade do maior cliente é de 16,43% sobre as receitas de 2012;
- No segmento de armazenagem frigorífica a representatividade 75% das receitas se concentram e dois clientes;
- No segmento de "trading company" as receitas de 2012, estão concentradas nos mercados asiático (China e Coréia) e europeu (Itália). Os principais produtos negociados são: a) congelados; b) pneus; c) madeira; d) máquinas e equipamentos; e) madeira.
- As operações intersegmentos são praticadas em condições de igualdade com os preços de mercado.

Osmari de Castilho Ribas

CPF: 360.090.759-04

Diretor Superintendente Administrativo

René Duarte e Silva Junior

CPF: 260.397.548-00

Diretor Superintendente Operacional

Anderson da Silva Gomes

Contador

CRC 1 PR - 049.702/O-4

CPF: 876.160.509-30

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Acionistas e Diretores da

Portonave S/A - Terminais Portuários de Navegantes

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Portonave S/A - Terminais Portuários de Navegantes ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Portonave S/A - Terminais Portuários de Navegantes em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, mas não é requerida para as entidades de capital fechado. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Blumenau, 25 de janeiro de 2013.

Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.

CRC-2-SP 015.199/O-6 F- SC

Marcos Antonio Quintanilha

Contador CRC-1SP132777/O-6 F SC